



## 4.1 INDICADORES DE GESTÃO AMBIENTAL

As informações da publicação do IBGE *Perfil dos Municípios Brasileiros*, de 2008, contribuíram para a construção dos indicadores Estrutura da Gestão Municipal e Instrumentos de Gestão. A apresentação desses indicadores tem o objetivo de apreender o quadro situacional dos municípios visando definir políticas e ações orientadas para a sustentabilidade ambiental.

Informações selecionadas das fontes da Secretaria de Estado da Fazenda e do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional - SNT, FINBRA - Finanças do Brasil de 2007, permitiram a construção de indicadores relacionados, respectivamente: aos recursos recebidos pelos municípios como compensação financeira pela proteção e conservação de recursos naturais na prestação de serviços ambientais, e às despesas orçamentárias municipais realizadas na função Gestão Ambiental.

O indicador de Estrutura de Gestão revela que, embora ainda incipiente, está em construção uma estrutura local de gestão ambiental. Do total de 399 municípios, 56% realizou o projeto de secretaria exclusiva para gestão ambiental. Outros 151 municípios optaram por uma administração compartilhada com outra área e, entre os demais, 54 não possuem estrutura e em 126 esta se resume a órgão assessor ou similar. Algumas bacias – Cinzas, Alto Iguaçu, Baixo Iguaçu, Itararé, Baixo Ivaí – se destacam por apresentarem um número de municípios mais significativo em relação ao total da mesma, com a presença de uma estrutura de gestão.

Essa condição de incipiência pode ser um fator limitante na intervenção do setor público na definição dos rumos da gestão que implicam coordenar políticas, realizar o planejamento ambiental, entre outras ações. Estas atribuições exigem a estruturação do setor no sentido de agilizar a resolução de problemas ambientais, o que requer contar com recursos financeiros e técnicos e, principalmente, explorar estratégias de otimização de recursos, tornando algumas políticas setoriais mais voltadas para a sustentabilidade.

Pode-se supor que a incorporação dos instrumentos de gestão – conselhos e comitês – que também se disseminam entre os municípios indica uma maior mobilização da sociedade no sentido de reforçar o papel do município no cumprimento das ações de proteção do meio ambiente. A particularidade da questão ambiental, que muitas vezes ultrapassa limites territoriais de um município, pode contar com os consórcios como instrumento de articulação institucional para o encaminhamento de soluções de interesse comum.

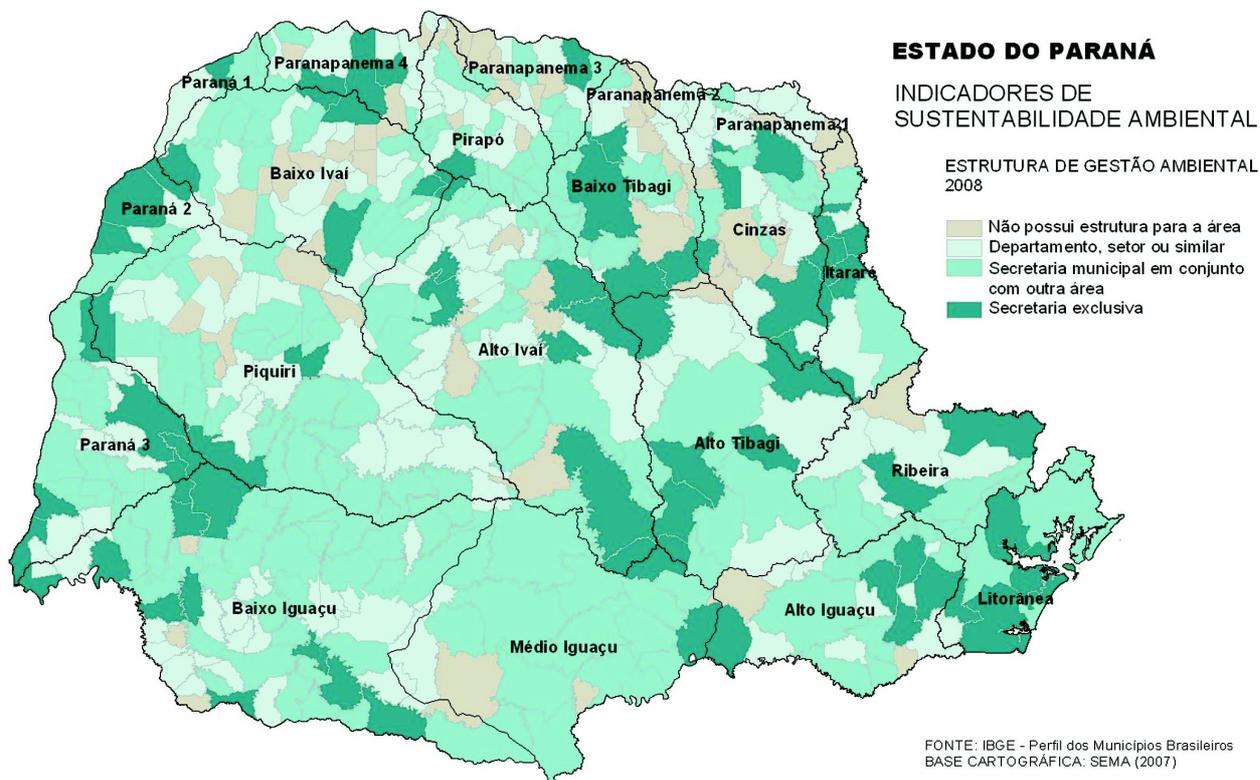
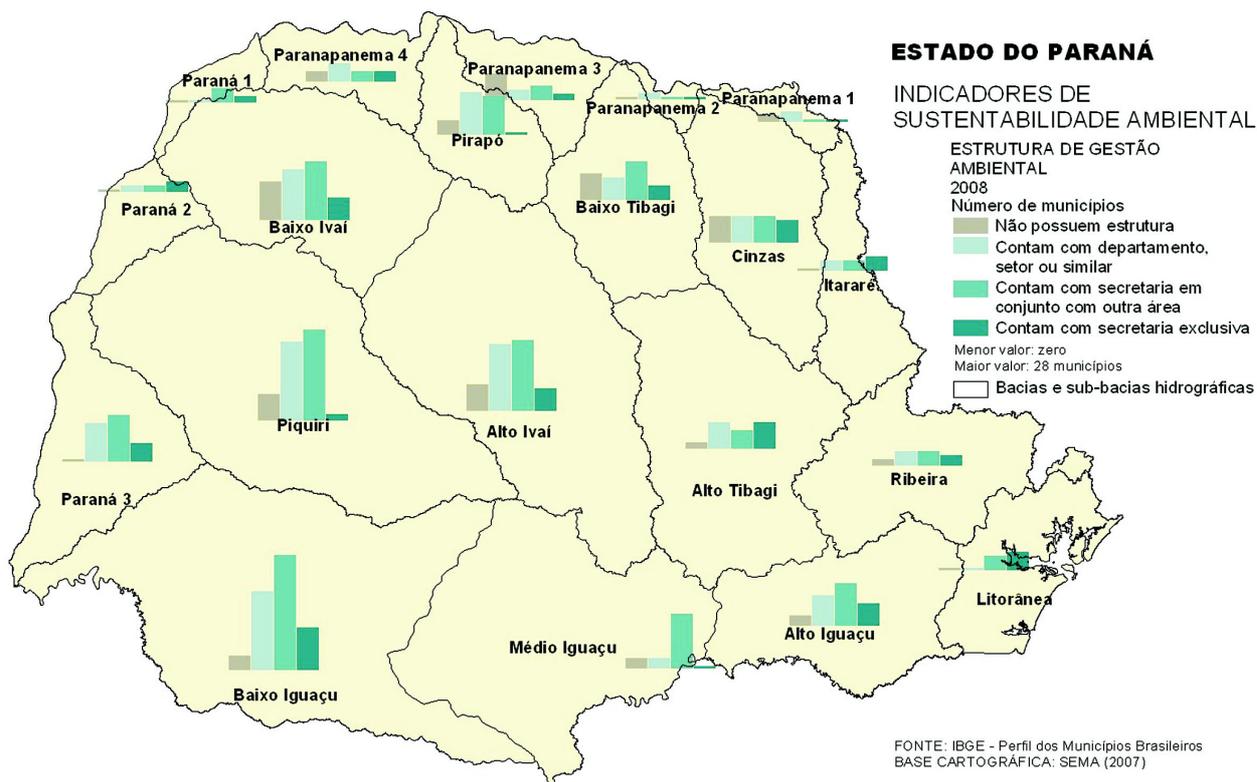
Essas experiências estão representadas em todas as bacias, com maior abrangência para os conselhos, instalados em 161 dos municípios; os comitês de bacias, em 140 municípios, e os consórcios, em 93 dos municípios. Este perfil guarda algumas diferenças entre as bacias, apresentando distribuição mais homogênea nas bacias do Alto Iguaçu; maior presença de conselhos na BHs do Baixo Ivaí, Piquiri e Baixo

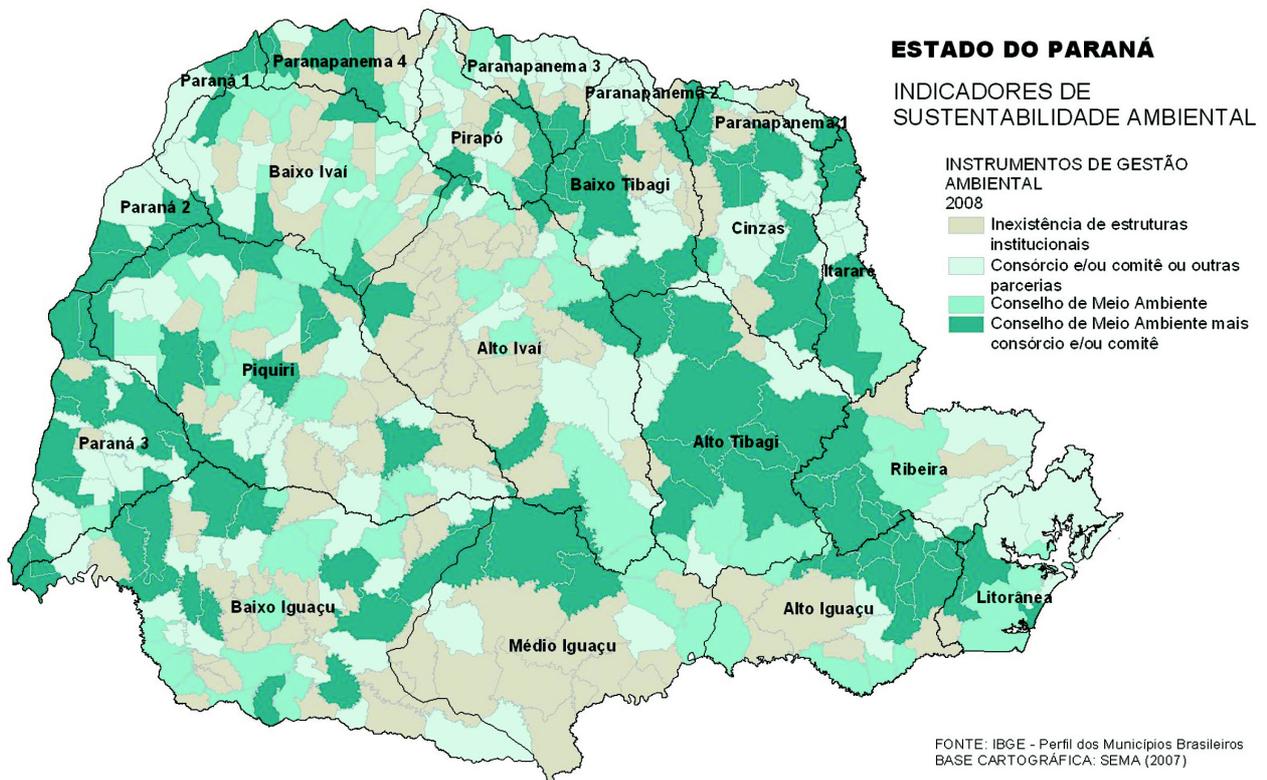
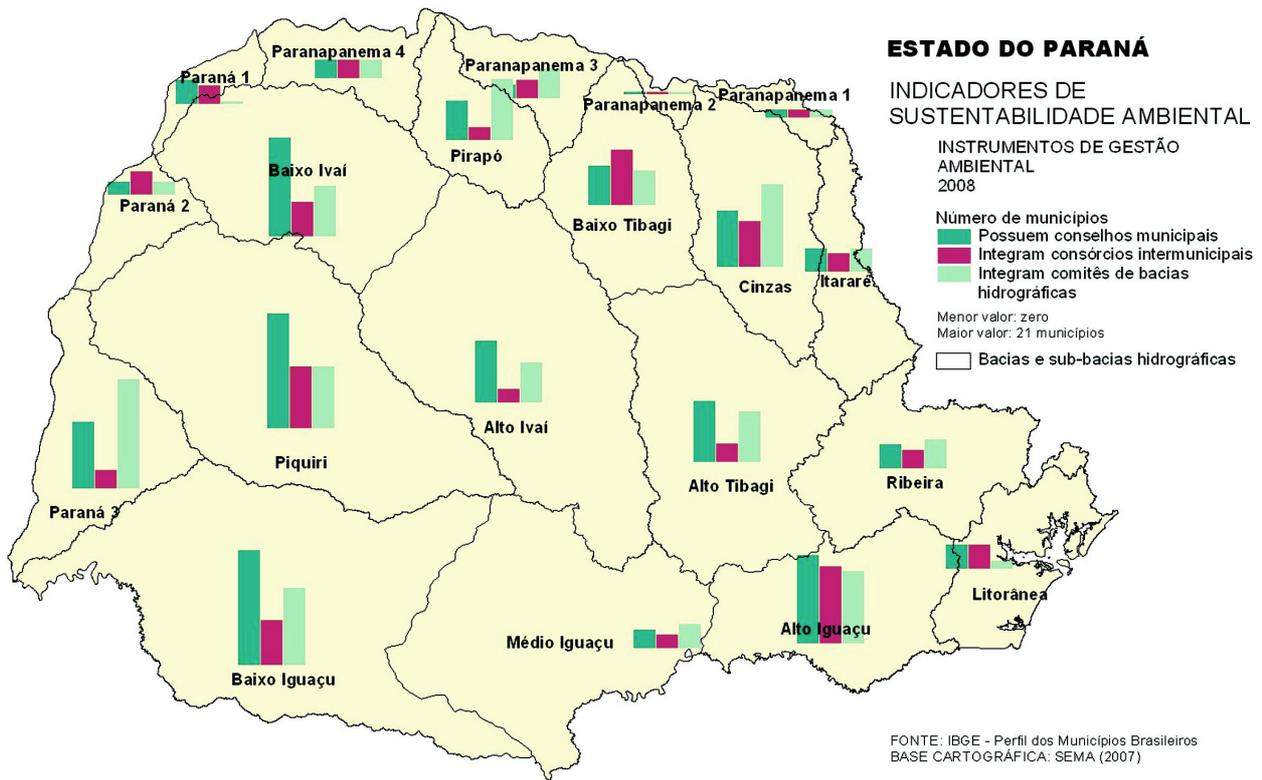
Iguaçu; maior presença de comitês nas bacias Paraná 3 e Cinzas; e a presença de consórcios destacadamente no Baixo Tibagi.

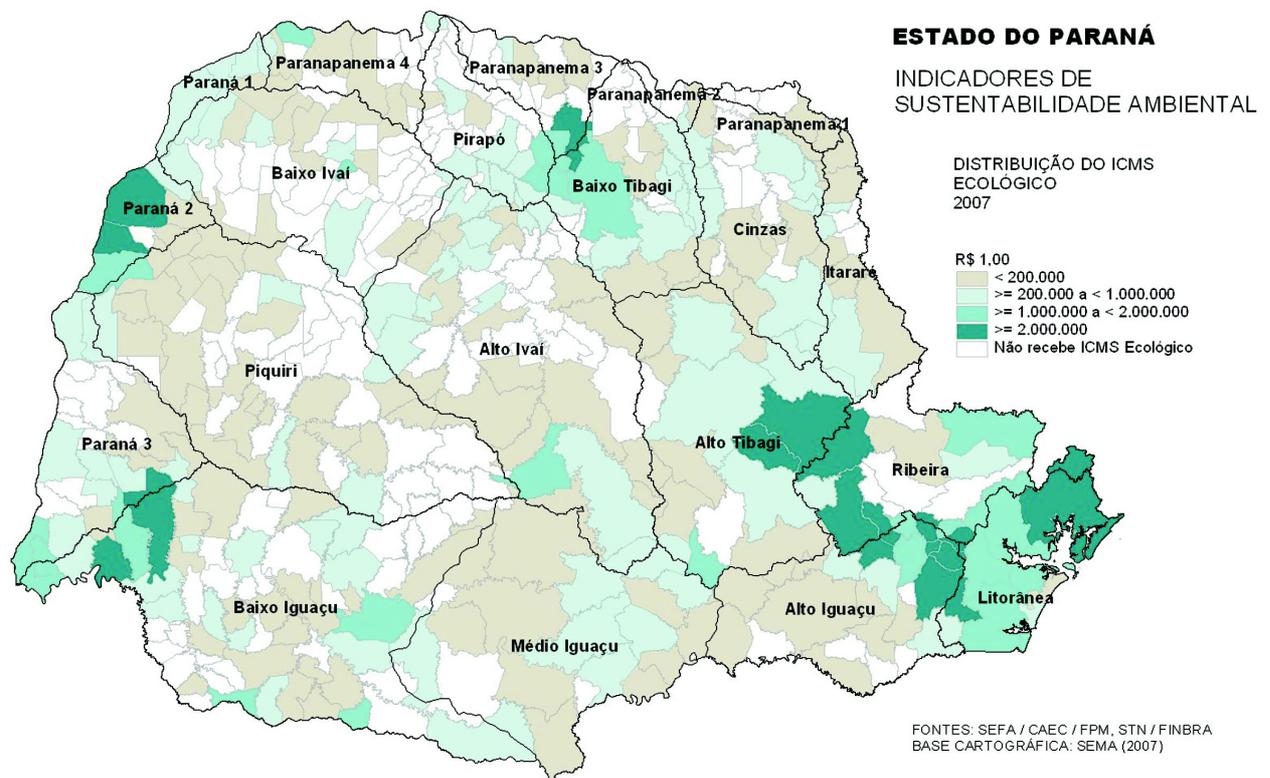
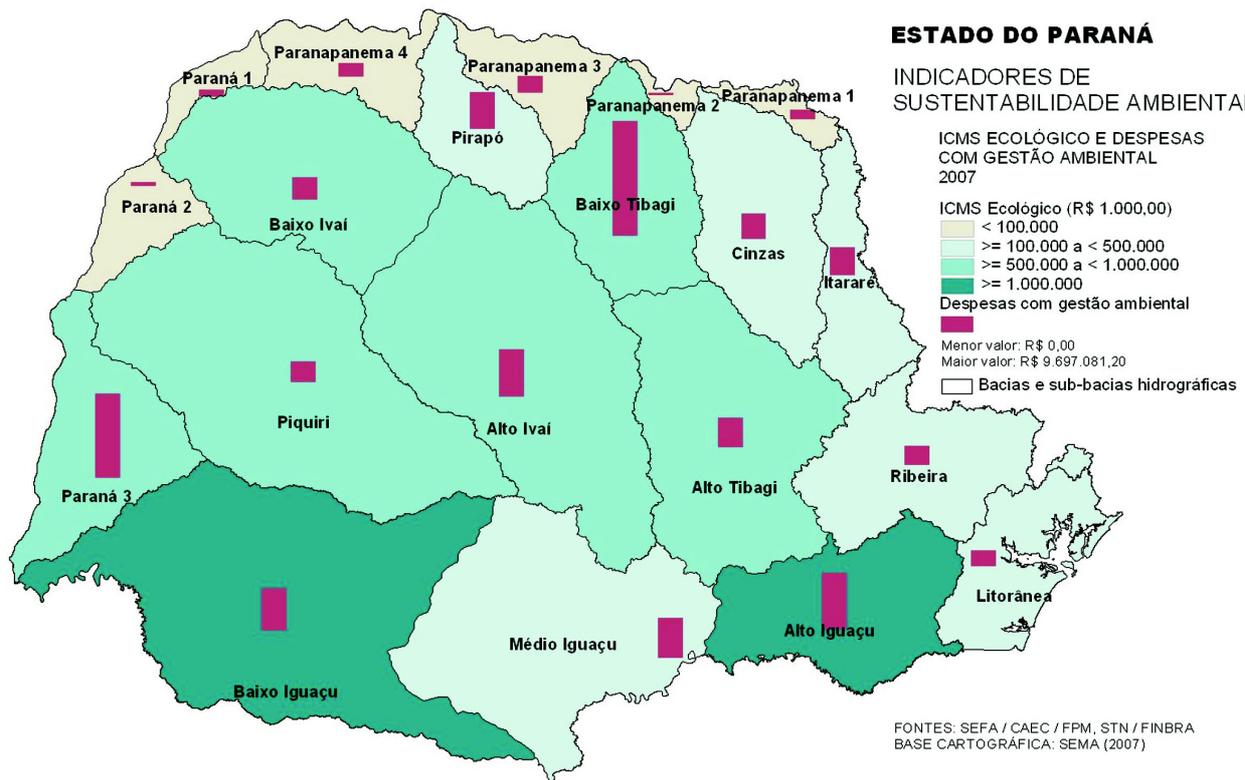
A inclusão de despesas com meio ambiente no orçamento do município ainda tem abrangência limitada. Uma parcela expressiva, 152 dos 399 municípios, não registra despesas na função gestão ambiental, e entre os 247 que têm despesas nesta função o percentual despendido fica na média de 1,6% da despesa total. Comparativamente às BHs, os maiores montantes registrados na função despesa com Gestão Ambiental estão concentrados nas BHs Baixo Tibagi, Paraná 3 e Alto Iguaçu, respectivamente R\$ 9,6 milhões, R\$ 7,1 milhões e R\$ 4,7 milhões, conforme STN/FINBRA (BRASIL, 2007).

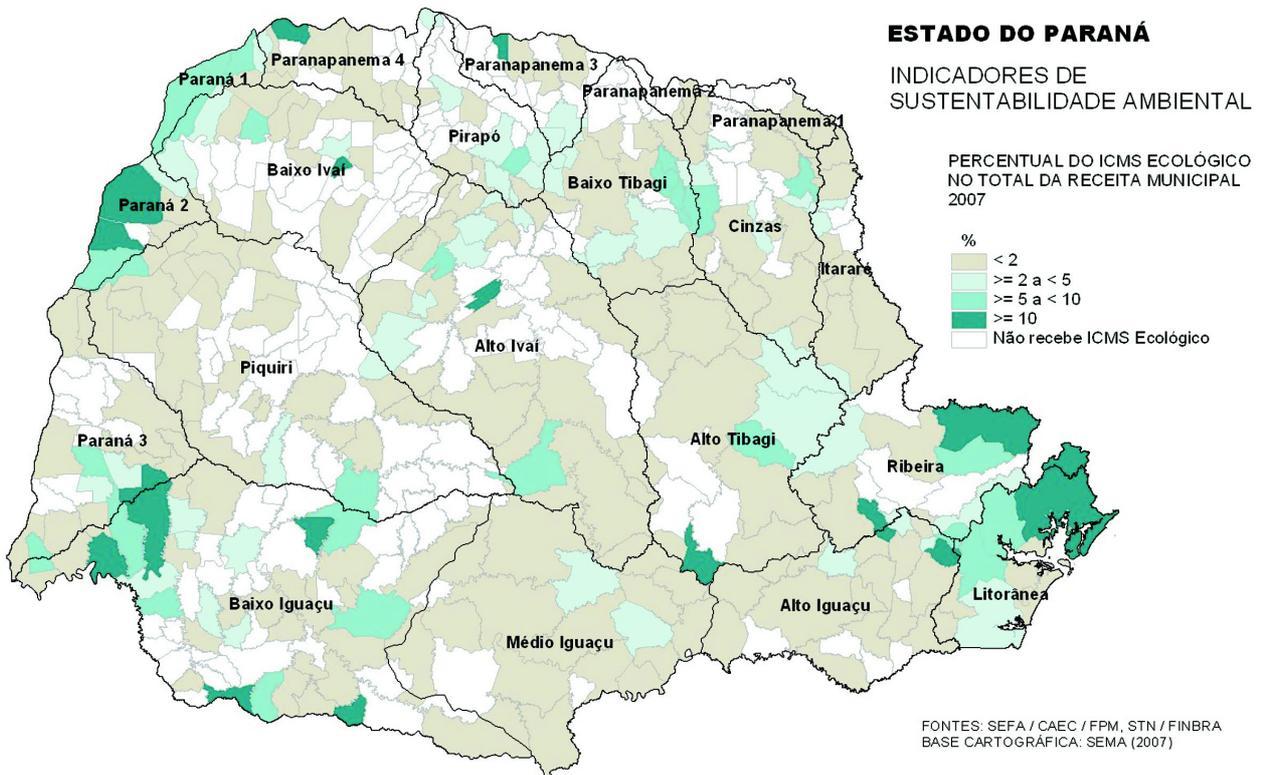
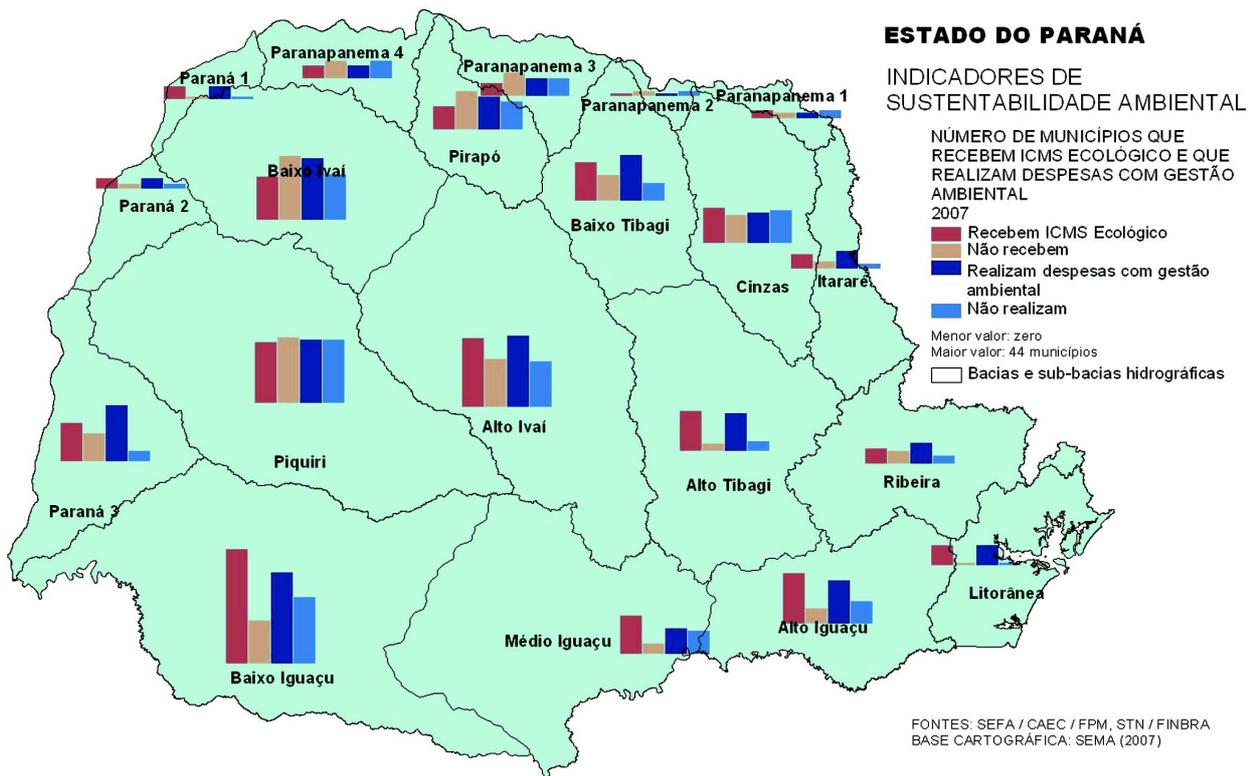
A gestão financeira dessa área pode contar ainda com o Fundo Municipal de Meio Ambiente, formado por diversas fontes, entre as quais: taxas de emissão, cobrança de uso, tributação, compensação financeira (*royalties*), linhas de crédito e incentivos fiscais. Em 111 dos municípios paranaenses este fundo encontra-se constituído e já financiou ações e projetos em 48 municípios (IBGE, 2008).

Um dos recursos financeiros importantes a ser considerado na gestão ambiental está relacionado ao repasse do ICMS Ecológico, estabelecido como compensação financeira a municípios penalizados por restrições de uso de suas áreas ocupadas por unidades de conservação ou áreas de proteção de mananciais. A distribuição dessa parcela do ICMS está associada aos cuidados sanitários e ambientais dessas áreas e, quanto maior o cuidado, maior a parcela a receber. No Paraná, 240 municípios recebem ICMS Ecológico. No entanto, para a grande maioria seu valor representa uma fração reduzida em relação à receita. Em contraponto, a reconhecida prestação de serviços ambientais define valores que representam percentuais expressivos na composição da receita para alguns municípios, em particular Guaraqueçaba, São Jorge do Patrocínio, Alto Paraíso e Serranópolis do Iguaçu. No âmbito das BHs, as maiores concentrações desse recurso encontram-se na Alto Iguaçu, Baixo Iguaçu, Baixo Ivaí, Paraná 3, com respectivamente R\$ 4,7 bilhões, R\$ 1,1 bilhão, R\$ 9,7 milhões, R\$ 8,8 milhões e R\$ 8,6 milhões (PARANÁ, 2009b).









## INDICADORES DE ESTRUTURA DE GESTÃO AMBIENTAL - PARANÁ - 2008

BACIAS E SUB-BACIAS	ÓRGÃO GESTOR				INSTRUMENTOS DE GESTÃO		
	Secretaria exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outra área	Departamento, assessoria, setor ou órgão similar	Não possui	Conselho municipal de meio ambiente	Consórcio intermunicipal	Comitê de bacia hidrográfica
Cinzas	5	6	6	6	10	8	15
Iguaçu	5	10	7	2	16	14	13
	0	13	2	2	3	2	4
	10	28	19	3	21	8	14
Itararé	3	2	2	0	4	3	4
Ivaí	5	17	16	6	11	2	7
	5	14	12	9	18	6	9
Litorânea	4	3	0	0	4	4	1
Paraná 1	1	3	0	0	4	3	0
Paraná 2	2	1	1	0	2	4	2
Paraná 3	4	11	9	0	12	3	20
Paranapanema 1	0	0	2	1	1	1	1
Paranapanema 2	0	0	1	0	0	0	0
Paranapanema 3	1	3	2	6	2	3	5
Paranapanema 4	2	2	4	2	3	3	3
Piquiri	1	22	19	6	21	11	11
Pirapó	0	9	10	3	7	2	11
Ribeira	2	3	3	1	4	3	5
Tibagi	6	4	6	1	11	3	9
	0	0	5	6	7	10	6
PARANÁ	56	151	126	54	161	93	140

FONTE: IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros

## VALOR DO ICMS ECOLÓGICO E PERCENTUAL NA RECEITA TOTAL, E PERCENTUAL DA DESPESA COM GESTÃO AMBIENTAL NA DESPESA TOTAL - PARANÁ - 2007

BACIAS E SUB-BACIAS	ICMS ECOLÓGICO			ICMS ECOLÓGICO/ RECEITA LÍQUIDA (%)	DESPESA COM GESTÃO AMBIENTAL			DESPESA COM GESTÃO AMBIENTAL/ DESPESA TOTAL (%)
	Valor (R\$)	Municípios que recebem	Municípios que não recebem		Valor (R\$)	Municípios que realizam	Municípios que não realizam	
Cinzas	2.542.352,57	13	10	0,94	786.911,82	11	12	0,31
Iguaçu	26.295.230,50	19	5	0,55	68.629.659,47	16	8	1,45
	2.530.507,77	14	3	0,61	1.525.177,03	9	8	0,40
	12.446.135,38	44	16	1,13	18.962.721,16	35	25	1,79
Itararé	1.265.871,48	5	2	1,23	1.230.682,84	6	1	1,25
Ivaí	6.775.012,92	26	18	1,03	6.515.754,50	27	17	1,02
	5.037.557,18	16	24	0,59	5.555.813,76	23	17	0,66
Litorânea	8.924.228,55	7	0	2,67	3.525.496,55	7	0	1,17
Paraná 1	1.443.820,16	4	0	3,57	111.194,60	4	0	0,28
Paraná 2	6.901.378,44	3	1	16,07	774.027,96	3	1	1,85
Paraná 3	10.894.748,71	14	10	1,24	10.798.519,26	21	3	1,22
Paranapanema 1	162.285,24	2	1	0,25	473.282,69	1	2	0,73
Paranapanema 2	-	0	1	-	0,00	0	1	0,00
Paranapanema 3	1.026.694,85	4	8	1,09	68.029,97	6	6	0,07
Paranapanema 4	1.688.820,13	4	6	2,20	164.615,14	4	6	0,23
Piquiri	1.506.803,52	23	25	0,25	2.139.595,69	24	24	0,37
Pirapó	4.950.099,55	8	14	1,40	2.917.856,95	12	10	0,87
Ribeira	7.572.997,84	5	4	4,70	1.783.729,28	7	2	1,12
Tibagi	9.205.397,95	15	2	1,28	2.845.022,58	14	3	0,41
	9.638.590,62	14	9	0,99	12.451.790,99	17	6	1,39
PARANÁ	120.808.533,39	240	159	0,97	141.259.882,24	247	152	1,16

FONTES: SEFA/CAEC/FPM, STN/FINBRA

## 4.2 SERVIÇOS URBANOS

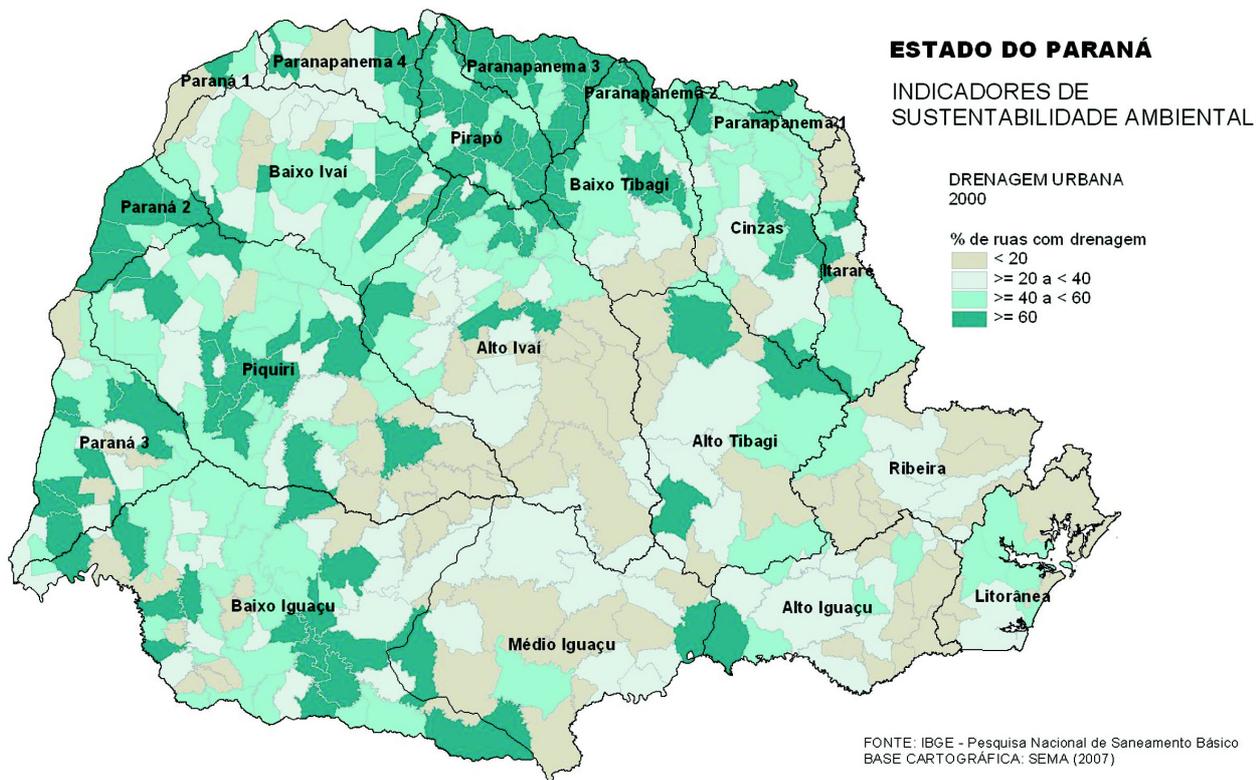
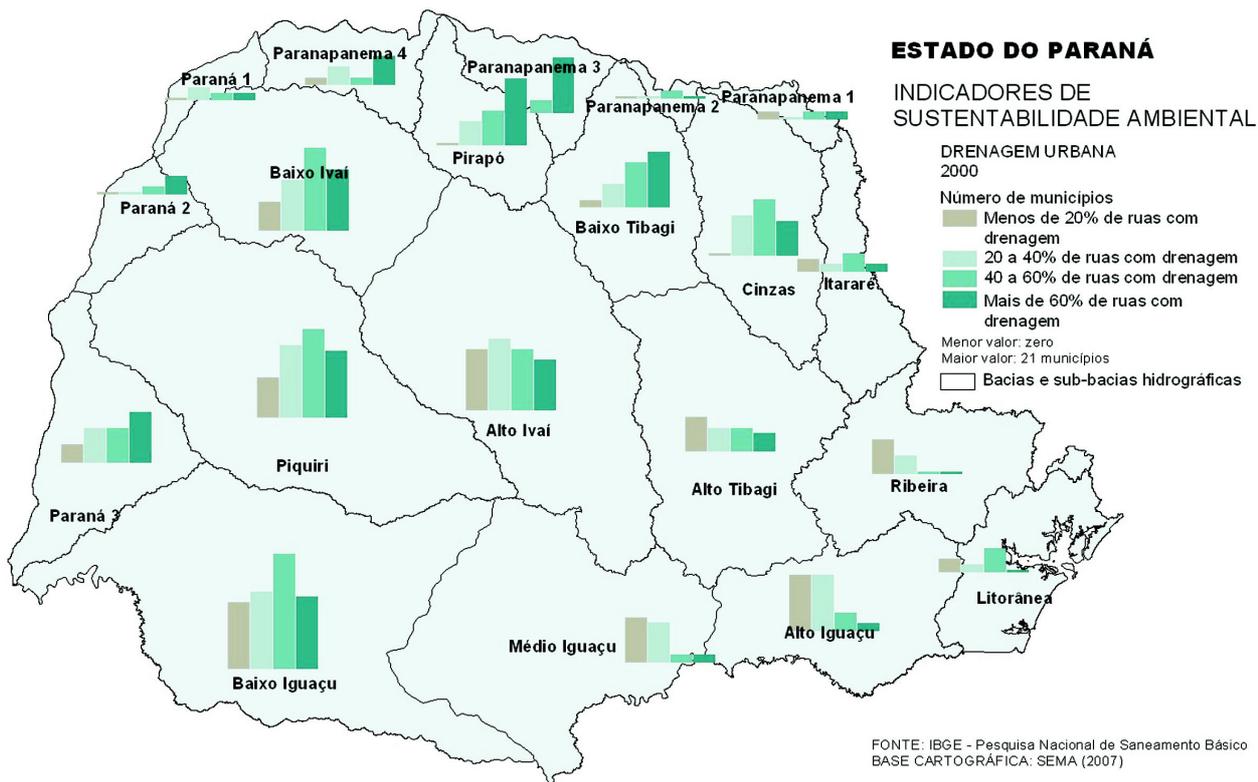
A disponibilidade de serviços básicos nos municípios – ruas com drenagem e destino adequado do lixo coletado –, assim como a possibilidade, por parte da população, de contar com a coleta de lixo nas suas portas, significam não só a possibilidade de conforto e qualidade de vida e saúde mas também maiores recursos no sentido de reduzir os níveis de poluição ambiental. Os indicadores utilizados neste item têm como objetivo apontar esse panorama para os municípios e bacias hidrográficas do Paraná.

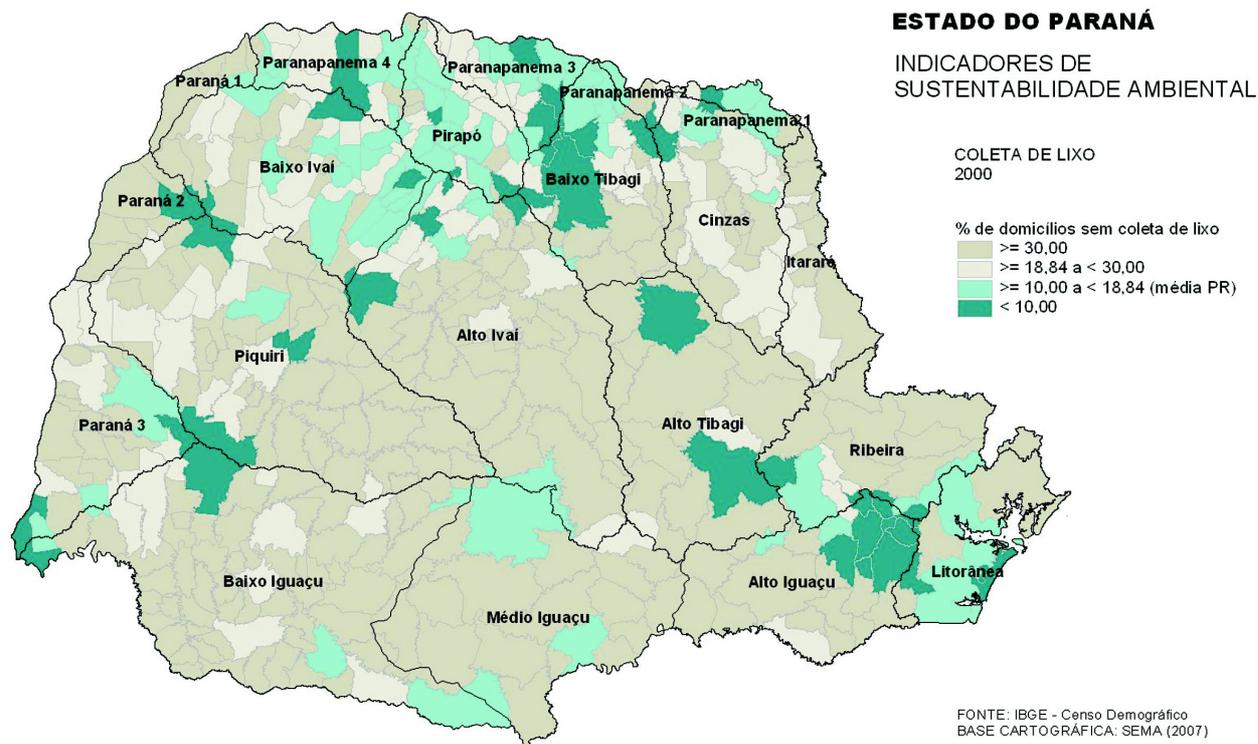
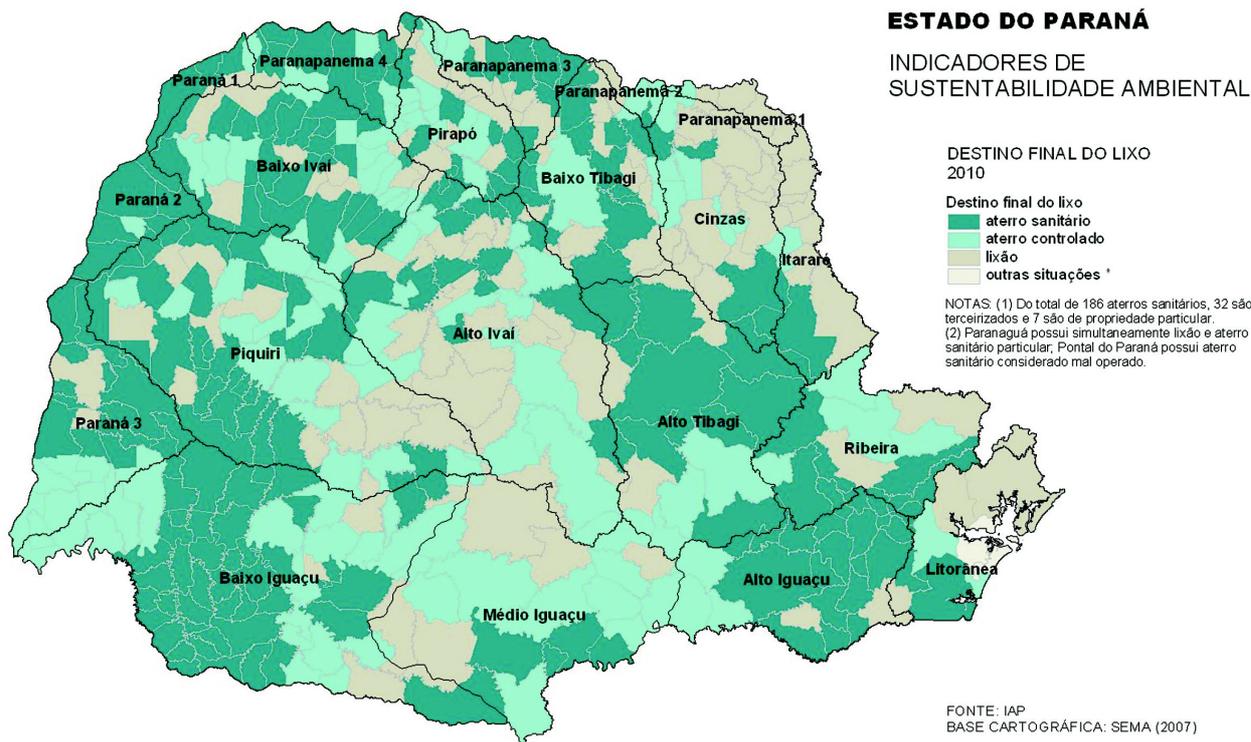
As informações de drenagem urbana e de destino adequado do lixo têm como fonte o IBGE – Pesquisa de Saneamento Básico, 2000. As relativas à coleta de lixo foram extraídas do Censo Demográfico 2000 do IBGE.

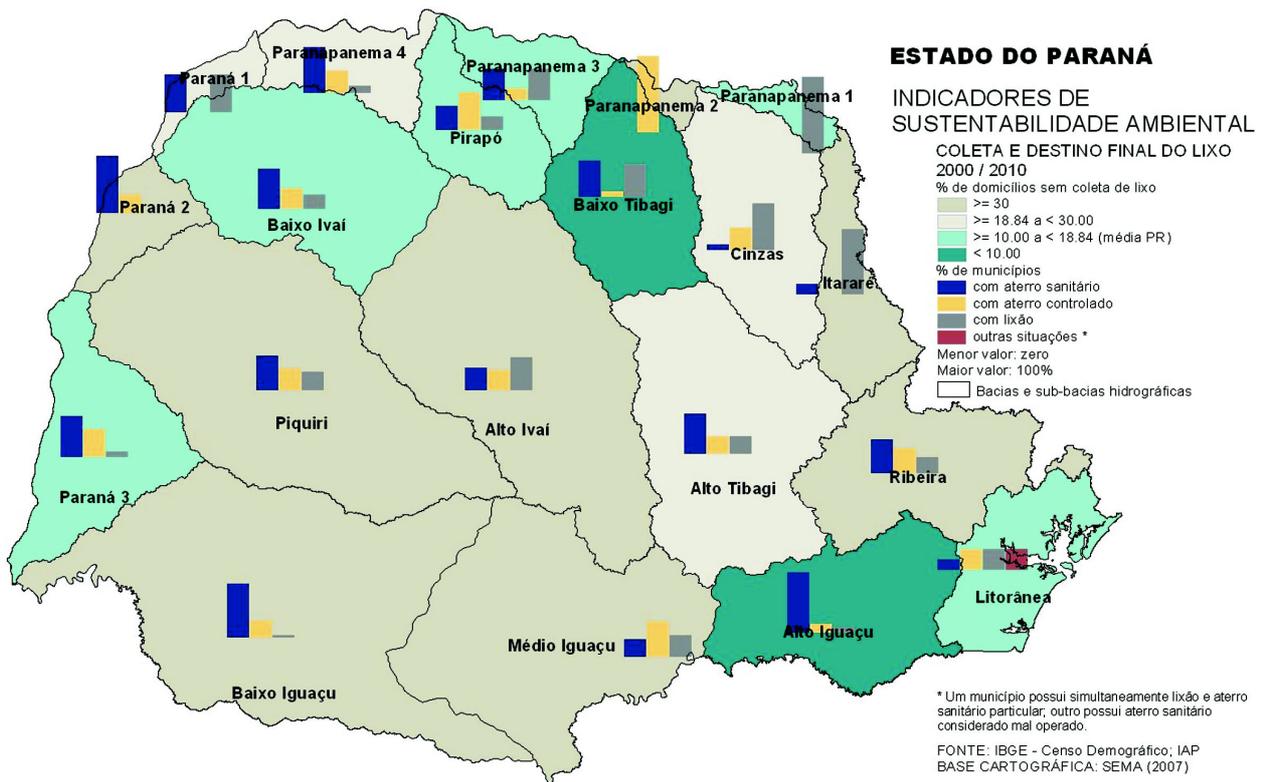
O adequado escoamento das águas pluviais implica investimentos de infraestrutura essenciais para assegurar o controle das águas e evitar riscos de alagamento e erosão, conferindo qualidade ao ambiente urbano. No Paraná, dos 399 municípios, 108 contam com a proporção mais elevada de ruas com drenagem (mais de 60%). Entre os demais, com menor proporção encontram-se 75 deles que dispõem dessa infraestrutura em menos de 20% das ruas. No âmbito das BHs, observa-se que as bacias situadas a leste – Médio e Alto Iguaçu, Litorânea e Ribeira – situam-se, comparativamente às demais, em situação desfavorável, uma vez que a maior parte de seus municípios apresenta menos de 20% das ruas servidas por essa infraestrutura. Pode-se supor que a extensão e velocidade da urbanização que vigorou até os anos 2000, particularmente em relação aos municípios da Região Metropolitana, seja um atenuante, considerando o grau de investimentos necessário para acompanhar o ritmo da ocupação do solo urbano.

Também compete ao município a gestão do lixo produzido, que, em geral, se enfrenta com produção excessiva e custos elevados. No entanto, essas condições não podem ser impeditivas de investimentos em soluções adequadas e minimizadoras dos graves problemas ambientais. Entre os municípios paranaenses, 145 já dispõem de 100% de destinação adequada. Já para 198 municípios as condições de destino e tratamento são praticamente ausentes, na medida em que menos de 10% do lixo é devidamente controlado. No agregado das BHs verifica-se situação mais favorável em um conjunto de BHs mais ao sul do Estado. Entre estas destacam-se Paraná 3, Baixo Iguaçu, Alto Iguaçu, Litorânea e Alto Tibagi, nas quais o número de municípios com 100% de disposição final do lixo adequada supera o número daqueles nos quais essa condição ainda é precária.

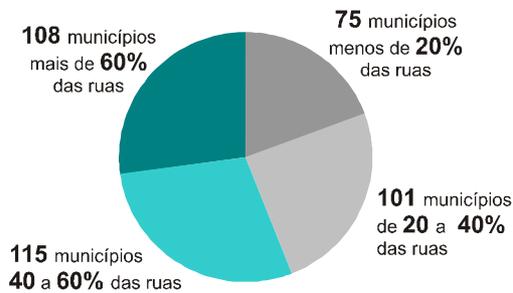
Nas demais BHs, de modo geral, essa relação é inversa, considerando que prevalece o número de municípios com menos de 10% deste serviço adequado.





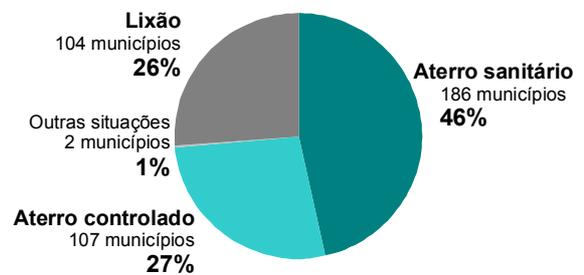


DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS, DE ACORDO COM O PERCENTUAL DE RUAS COM DRENAGEM URBANA - PARANÁ - 2000



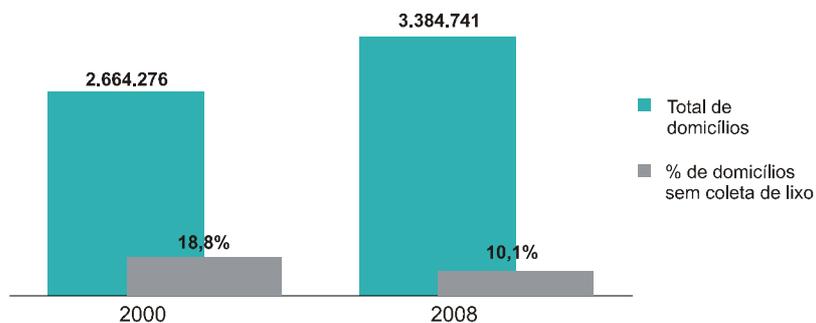
FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS, DE ACORDO COM O DESTINO FINAL DO LIXO - PARANÁ - 2010



FONTE: IAP

COLETA DE LIXO - PARANÁ - 2000



FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2008